

A SITUAÇÃO DOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS EM CABO VERDE

RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES FEITAS DURANTE O 3º CICLO SOBRE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Desde criação da UPR, Cabo Verde não recebeu nenhuma recomendação sobre os defensores de direitos humanos.

CONTEXTO NACIONAL

Em Cabo Verde, os defensores evoluem num ambiente relativamente seguro. Porém, ainda há casos em que os defensores são vítimas de ataques físicos e verbais, bem como represálias por reivindicarem os direitos de determinados grupos - em particular mulheres defensoras dos direitos humanos, e da comunidade LGBTI.

A liberdade de imprensa é garantida por lei e o Governo registou alguns progressos com a promulgação da Lei n.º 117/IX/2021. Apesar dos progressos alcançados nesta área e apesar de a liberdade de expressão ser garantida pela Constituição da República, muitos jornalistas praticam a autocensura por medo das repercussões que as suas revelações possam causar.

No que diz respeito à liberdade de manifestação, em alguns casos, a participação numa manifestação pode também ter repercussões socioeconómicas e, em particular, a perda de emprego, especialmente contra os organizadores e líderes de organizações de renome.

Por último, a Comissão Nacional de Direitos Humanos e Cidadania continua a enfrentar desafios de falta de recursos humanos e financeiros, falta de independência na forma como os seus membros são nomeados pelo governo, o que não permite proteger adequadamente os defensores dos direitos humanos no país.

DESAFIOS/PROBLEMAS

- Os defensores dos direitos humanos desconhecem os seus direitos.
- Em alguns casos, a participação numa manifestação pode acarretar repercussões socioeconómicas, como a perda do emprego, nomeadamente contra os organizadores e dirigentes de organizações de renome.

- As mulheres defensoras de direitos humanos, trabalhando em particular na luta contra violência baseada no género, enfrentam as ideias patriarcais da sociedade, as desigualdades e a estigmatização que isso acarreta, muitas vezes impedindo-as de realizar suas atividades em total liberdade.

IMPACTOS

- Os defensores de direitos humanos não podem fazer uso de seus direitos na implementação de suas atividades
- Dois jornalistas perderam seu emprego ou foram ameaçados de perder seu emprego por terem denunciado práticas fraudulentas, levando a uma certa precariedade e também à relutância em discutir determinados assuntos. Um jornalista e um jornal online foram acusados e indiciados por supostamente violar o segredo de justiça ao publicar artigos de imprensa sobre as circunstâncias da morte de um cidadão. Em 2020, uma Associação de Agricultores da Ilha de Santiago denunciou a falta de água, o que levou ao despedimento do seu dirigente.
- Alguns defensores ainda são vítimas de ataques físicos e verbais, bem como assédio online por reivindicar os direitos de determinados grupos.

DESAFIOS/PROBLEMAS

- Não existe uma lei que protege os direitos das comunidades LGBT.
- A Comissão Nacional de Direitos Humanos e Cidadania está vinculada ao Ministério da Justiça.
- A Comissão Interministerial responsável pela elaboração dos relatórios iniciais e periódicos ainda não consegue trabalhar com eficácia devido à falta de recursos financeiros, humanos e técnicos.

IMPACTOS

-  Os defensores que trabalham na proteção dos direitos das pessoas LGBTI não se expõem publicamente por medo de represálias.
-  A CNDHC não respeita plenamente os Princípios de Paris e, portanto, não é credenciada pela Aliança Global de Instituições Nacionais de Direitos Humanos (GANHRI) e não consegue defender adequadamente os direitos dos defensores.
-  Cabo Verde está atrasado na submissão de alguns relatórios junto dos órgãos de tratados das Nações Unidas. Este atraso também impede a apresentação pela sociedade civil de um relatório alternativo sobre muitas questões, como a proteção dos direitos das pessoas com deficiência.

RECOMENDAÇÕES



- 1 Realizar campanhas de sensibilização junto da população e dos defensores dos direitos humanos, para que conheçam os seus direitos e o papel positivo desempenhado pelos defensores dos direitos humanos;
- 2 Apoiar e reconhecer publicamente os direitos das pessoas LGBTI, incluindo os defensores que protegem seus direitos, por meio da adoção de uma lei que explicitamente promova e proteja os direitos das pessoas LGBTI;
- 3 No prazo de 12 meses, fornecer os recursos humanos e financeiros necessários à Comissão Nacional de Direitos Humanos e Cidadania e adotar o projeto de estatuto que permita sua plena adesão aos Princípios de Paris.
- 4 Consultar sistematicamente a sociedade civil durante o desenvolvimento e implementação de estratégias e medidas de direitos humanos no país;
- 5 Reforçar, no prazo de 12 meses, as capacidades técnicas e financeiras da Comissão Interministerial para a preparação de relatórios, tornando-a mais eficiente na preparação e apresentação de relatórios em atraso aos órgãos de tratados das Nações Unidas;
- 6 Esclarecer os artigos do código penal relativos à cobertura dos jornalistas pelo segredo de justiça;
- 7 Proceder à revisão do modelo de gestão da sociedade de informação pública, Inforpress para acabar com a excessiva concentração de poderes, assegurando a diversidade de pontos de vista e a transparência na tomada de decisões.
- 8 Realizar campanhas de conscientização da população e dos governantes sobre o papel positivo das mulheres defensoras dos direitos humanos para que possam trabalhar em um ambiente seguro;
- 9 Garantir que a população possa manifestar-se pacificamente, sem medo de possíveis represálias.

CONTACTO



Felisberto Moreira



+238 993 61 54 | +238 919 24 27



moreirafelisberto@gmail.com | recaddhcaboverde@gmail.com

